

ATA DA 134ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DE MS – CEC/MS, REALIZADA NO DIA 15 DE JUNHO DE 2022, NO AUDITÓRIO DO IMASUL.

Aos 15 dias do mês de junho de 2022, realizou-se 134ª Reunião Ordinária do CEC/MS, em Campo Grande/MS, no Auditório do IMASUL. Participaram os seguintes Membros do Conselho Estadual das Cidades de MS: **Maria do Carmo Avesani Lopez** – Diretora Presidente da Agência de Habitação Popular de MS/AGEHAB-MS; **Inês Pereira Esteves** – Departamento Estadual de Trânsito/DETRAN-MS; **Marcia Helena Mello Santana** - Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul/SANESUL; **Pedro Paulo Gasparini** – Defensoria Pública Estadual/DEP-MS; **Thiago Barros de Matos** – Caixa Econômica Federal/CEF; **Valdo Pereira de Souza, Edson Ageo Maidana e Auro da Silva** - Federação das Associações de Moradores do Estado do Mato Grosso do Sul/FAMEMS; **Edymar Cintra, Sônia da Silva Gomes** - Sociedade de Apoio a Luta pela Moradia – SAM/MNLM; **Kelly Cristina Hokama** – Sindicato dos Arquitetos de MS/SINDARQ-MS; **Jorge Tadeu Mastela e Almeida** – Sindicato dos Engenheiros **Tânia Maria de Souza Marques e César Magalhães de Souza** - Secretaria Executiva do CEC/CONGFEHIS. A 134ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual das Cidades MS, teve como pauta: **Abertura; Informes; Aprovação Ata 133ª Reunião; Apresentação do Estudo de Mestrado sobre Habitação de Interesse Social da década de 1980 (produção da AGEHAB-MS) - Conselheira Kelly Hokama; Definição de Pauta para próxima Reunião; Encerramento.** A **Senhora Maria do Carmo** cumprimentou a todos, fez a **Abertura da Reunião** e passou para os **Informes**. Para os informes a **Senhora Maria do Carmo** primeiramente comunicou que o Estado participou de um processo de seleção de 2.500 unidades do FAR. Que são poucas unidades para todo Brasil, porém valeu a pena arriscar. Que se inscreveram os seguintes municípios: Campo Grande (390 unidades), Ivinhema (160 unidades), Ponta Porã (200 unidades), e Aparecida do Taboado que não foi contemplada, totalizando 690 unidades. Que Mato Grosso do Sul ficou com 25% das unidades. Que os empreendimentos terão que atender uma série de exigências de qualidade, e de acesso de rota. Para viabilizar a contratação será necessário aportar uma contrapartida considerando a especificação técnica e sustentabilidade para conseguir esses empreendimentos. Informou ainda que os municípios deverão ter seus projetos aprovados, porque os prazos são bem curtos e a AGEHAB-MS quer apoiar os municípios para cumprir os prazos previstos na portaria. Mencionou que foi observado que os municípios estão realmente querendo investir em habitação, para assistir a população de menor renda. Relatou que o Governo do Estado está bem empenhado em atender esses municípios que queiram parcerias. Que foi assinado convênio de 64 unidades habitacionais no município de Selvíria (convênio com recursos do Estado e município), Corumbá solicitou parceria para 167 unidades habitacionais para baixa renda (também convênio com o Governo do Estado). O **segundo informe foi referente a reintegração de posse de imóvel que aconteceu no dia 08 de junho de 2.022, no Jardim Aquários**. Explicou que, o que motivou a visita, foi a inadimplência e, ao notificar o beneficiário, o funcionário da AGEHAB-MS identificou que o imóvel foi vendido. O ocupante foi orientado sobre os requisitos do Programa Morar Legal. O ocupante preencheu o requerimento e ao fazer a consulta cartorária, foi verificado que o comprador do imóvel já tinha um imóvel, inclusive registrado. Foram realizadas outras vistorias e constatado também que não tinha ninguém morando e, havia muito lixo e

entulhos no imóvel. Quando o comprador se conscientizou que já estávamos com a reintegração de posse, colocou uma pessoa para morar no imóvel, como emprestado. Mas já estávamos autorizados a reintegrar o imóvel. Foi realizada uma limpeza geral, sendo retirado todo o lixo e já atendemos uma família que está dentro do perfil para ocupar o referido imóvel. Argumentou que embora estejamos com as ações de cobrança, até o momento não houve nenhum despejo por falta de pagamento. Que presenciamos durante todo o processo que, quando o beneficiário vê que o assunto é sério, eles pedem acordo, pois o Programa Morar Legal permite acordo em qualquer fase do processo. Comunicou que fez questão de esclarecer esse assunto, pois a reintegração não foi por inadimplência e sim por ocupação irregular do imóvel. Mencionou ainda, que há mais dois imóveis para reintegração. Continuando a **Senhora Maria do Carmo** passou para **Apresentação do Estudo de Mestrado sobre Habitação de Interesse Social da década de 1980 (produção da AGEHAB-MS)**, chamando a Conselheira Kelly Cristina Hokama para a exposição. A **Conselheira Kelly** cumprimentou a todos e agradeceu a oportunidade de estar expondo esse trabalho que nasceu quando começou a participar dos dois Conselhos (CEC e CONGFEHIS) e ainda quando começou a dar aulas na UNIDERP. Expôs que se interessou em fazer seu mestrado abordando o assunto Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, Conjuntos Habitacionais de Interesse Social em Campo Grande/MS, com a linha de pesquisa Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento Regional Sustentável. Elucidou que com a Colonização Portuguesa, vieram para o Brasil cerca de 4,8 milhões de negros, dos quais 670 mil morreram no caminho. Vieram para executar os serviços braçais. As habitações desses negros eram as senzalas (grandes galpões) e a partir desse momento iniciou-se as questões de lei de terras (LEI Nº 601 de 1850: lei de terras/ Proprietário que legaliza no cartório - Com a compra fica instituída a propriedade privada de terras no Brasil Ratifica, legaliza e disciplina a posse da terra). Do período do descobrimento do Brasil, todos que aqui viessem e ocupassem a terra, eram donos da terra, e a partir de 1850, toda terra devoluta era do Estado. Esse fato ocorreu após 30 anos antes da abolição da escravatura e o Brasil foi um dos últimos países a assinar a abolição. Com essa abolição, os escravos vieram para a cidade e não tinham onde morar, iniciaram-se as favelas ou moravam nas ruas. Houve os subempregos, mendicâncias, exclusões sociais, formação de áreas de pobreza no Brasil. Sem escravos, começou a imigração dos italianos, japoneses, para trabalhar nas fabricas que concediam as moradias. Essas moradias eram para inúmeras famílias, aglomerando-se no centro da cidade, iniciando-se os cortiços. Não existia salubridade, e muitos artigos da época relatam que as pessoas jogavam seus excrementos pelas janelas e os esgotos eram expostos nas ruas. Quando surgiram as epidemias, começou-se a pensar na urbanização, saneamento e higienismo das cidades, praticando a reforma urbanística, retirando o menos favorecido e seus cortiços do centro das cidades. A **Conselheira Kelly** demonstrou através de ilustrações que até nossos dias há falta de salubridade nas moradias subnormais. Reportou-se a alguns conceitos de estudiosos e pensadores da área: **Kamila de Souza Santos (2021)**, *“são necessárias formulações de políticas públicas, em especial as relativas ao uso do solo urbano, à habitação, à infraestrutura de saneamento básico e de transporte ao ambiente, para a construção de uma cidade justa”*. **Rolnik (1994)** tenta explicar e sinalizar características de uma cidade e pontua que *“... a cidade*

antes de mais nada é imã, antes mesmo de se tornar local permanentemente local de trabalho e moradia”.

Maricato (2015) em seu livro para entender a crise urbana relata que “... a cidade é lugar por excelência de reprodução da força de trabalho...”. Segundo Rolnik (2013), “... a cidade, ao aglomerar num espaço limitado uma numerosa população, ela cria mercado...” e por isso, “a cidade é produto das contradições de classes e envolve interesses e necessidades diversas”. A **Conselheira Kelly** expôs ainda, que a Constituição Federal de 1988 – Direitos Fundamentais – Direitos Humanos no Brasil, descentralizou a autonomia municipal, deu autonomia na questão de uso e ocupação do solo. Em seguida foi instituído o Estatuto das Cidades (Lei Federal 10.257/2001) que determina o Plano Diretor e revisão do mesmo a cada 10 anos. Prosseguindo a **Conselheira Kelly** elucidou sobre os conceitos de Habitação: ***Castells (1983) observa que a produção da moradia resulta da articulação de três elementos: os materiais e elementos incorporados na construção, a força de trabalho para a produção de uma habitação e o terreno onde se constrói. Para Maricato (1997), “... quando se compra uma casa, compra-se também as oportunidades de acesso aos serviços coletivos, equipamentos e infraestrutura, ou seja, paga-se pela localização da moradia, além do imóvel propriamente dito...”.*** Demonstrou algumas imagens das Vilas Operárias, referindo-se ao surgimento das Habitações de Interesse Social, que eram para os funcionários da Estrada de Ferro do Brasil, pessoas que tinham empregos fixos. Exibiu também imagens das favelas, auto construções e loteamentos periféricos, principalmente para aqueles que não se enquadravam na questão da vila operária, aqueles que não tinham condições de possuir uma moradia digna, que buscaram a auto construção. A **Conselheira Kelly** destacou que após o golpe de 1964, surgiu o BNH (Banco Nacional de Habitação), que hoje serviu de parâmetro para o Programa MCMV, que criou um fundo financiador com recursos do FGTS, com operação de programas descentralizados, distribuindo os recursos de forma regional e trouxe os construtores privados, as Companhias de Habitação. Os construtores privados obtinham o financiamento junto ao BNH, construíam as unidades habitacionais, e as repassavam para os consumidores finais, que se incumbiam de pagar os financiamentos. As Companhias de Habitação obtinham o financiamento junto ao BNH, repassavam para as construtoras, que repassavam as unidades aos consumidores a preço de custo, que também se responsabilizavam pelo pagamento das parcelas para as COHAB’S. Prosseguindo explanou que os Programas Habitacionais do BNH, consistiam em: PLANHAP - Plano de Habitação Popular/COHAB’S – Programas de Remoções de Favelas; PROFILURB – Lotes Urbanizados; FICAM – Conclusão, Ampliação e Melhoria Habitacional; PROMORAR – Financiamento de Autoconstrução. Expôs que as características das Moradias Populares atendiam a racionalização e simplificação dos sistemas construtivos, redução no padrão de acabamento e pé direito, combate a especulação imobiliária, viabilização do acesso à periferia, não preocupação com estética externa e fachada, normatização de materiais, padronização e limitação de área construída. Fez uma observação de que quando o Governo Federal resolveu viabilizar a moradia popular, foi porque o trabalhador morava na residência do empregador que definia o valor do aluguel, e no seu salário, não era incluso o valor para moradia, além de que tinham regras rígidas para cumprir. A **Conselheira Kelly** explicou que primeiramente demonstrou esse apanhado geral para chegar até a nossa capital, que foi o tema

central da sua tese, estudar as Moradias de Interesse Social de Campo Grande, entender o processo de instalação das habitações populares em grandes loteamentos iniciados na década de 1980 e, a sua contribuição para o desenvolvimento do município. Explicou que seu estudo objetivou estudar o grupo de conjuntos estabelecidos, analisando sua implantação e reflexos na cidade. Através de slides mostrou a área que mais aprofundou seus estudos, listou os conjuntos habitacionais de Interesse Social, década de 1980. Que se multiplicar por quatro, teremos a noção de quantas pessoas foram beneficiadas pelos programas, conforme abaixo:

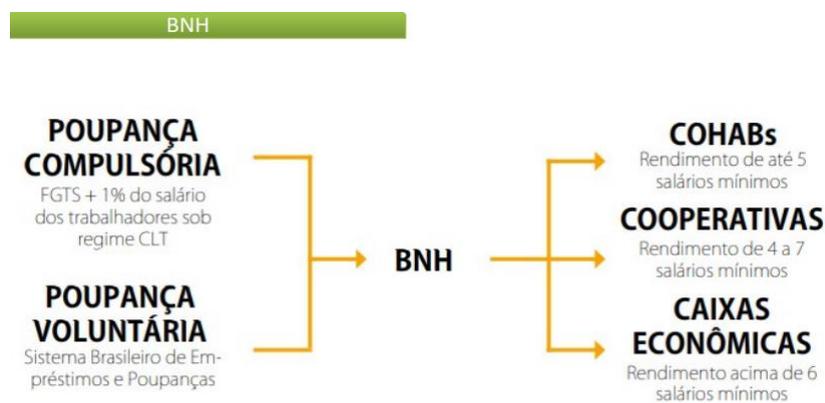
Número	Conjunto Habitacional	Unidades	Data de Entrega
1	Lar do Trabalhador	308	jun/69
2	Moreninha I	1000	dez/81
3	Moreninha II	1000	dez/81
4	FICAM	220	mar/87
5	Estrela do Sul	1465	jan/82
6	Bonança	600	out/77
7	José Abraão	814	dez/81
8	Moreninha III	1996	mai/83
9	Buriti	982	mar/83
10	Universitário	1240	jun/83
11	FICAM/Núcleo Industrial	193	nov/83
12	Recanto dos Rouxinóis	656	mai/86
13	Jardim Parati	727	ago/86
14	Aero Rancho Setor 4	594	out/88
15	Aero Rancho Setor 7	610	out/88
16	Aero Rancho Setor 6	702	mai/89
17	Aero Rancho Setor 5	829	mai/89
18	Aero Rancho Setor 3	458	maio/93
19	Nascente do Segredo	-	-
		13028	

Abaixo, as unidades habitacionais de interesse social, estão demonstradas por regiões, onde claramente se vê que não há nenhum empreendimento no centro de Campo Grande. Que a região do Prosa, também não foi contemplada

Região urbana	Empreendimentos	Total de UH
Centro	0	0
Segredo	2	2.279
Prosa	-	-
Bandeira	5	5.892
Anhanduizinho	5	3.462
Lagoa	1	982
Imbirussú	2	413
Total	15	13.028

Fez um aparte para discorrer sobre algo que julgou bastante interessante, que foi algumas características do BNH: Que o BNH caracterizou-se por ser um órgão centralizador de decisões na esfera federal, implantando o chamado tecnocratismo. O modelo de política habitacional implementado apresentava características claramente identificadas a partir de alguns elementos fundamentais: 1- criação de um sistema de financiamento que permitiu a captação de recursos específicos e subsidiados, o FGTS e o Sistema Brasileiro

de Poupança e Empréstimo; 2- descentralização da operacionalização pelos órgãos executivos; 3- criação da programação de redistribuição dos recursos, principalmente em nível regional; e 4- criação de uma rede de agências nos estados da Federação, responsáveis pela operação direta das políticas fortemente dependentes das diretrizes e dos recursos estabelecidos pelo Órgão Central (Ministério das Cidades). Abaixo, um fluxograma de como funcionava as operações para construção das habitações através do BNH. Que as Poupanças Compulsórias passavam os recursos para BNH e distribuía para as COHAB'S, Cooperativas e Caixa Econômica Federal. Mencionou que lhe chamou muito a atenção, de que o FGTS é um fundo privado, de gestão pública, que hoje é gerido pela Caixa Econômica Federal.



Também apresentou um fluxograma comparativo do BNH e o Programa Minha casa Minha Vida, esquematizando como funciona a questão do fluxo.

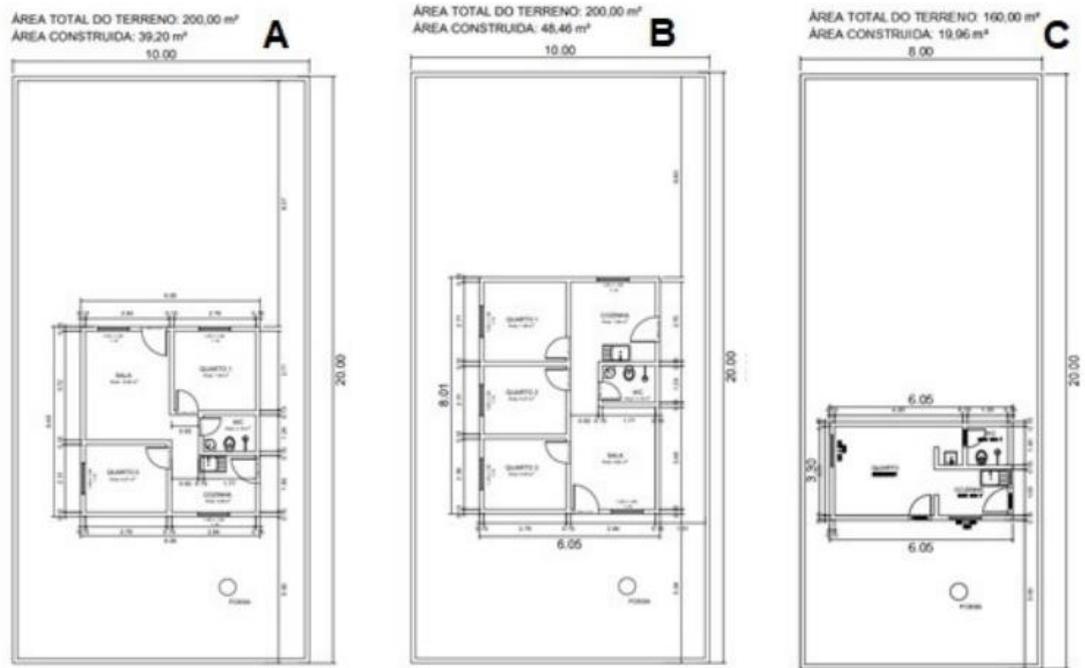
FLUXOGRAMA BNH E A INFLUÊNCIA NO MCMV



Dando continuidade, a **Conselheira Kelly** explicou sobre a evolução do perímetro urbano de Campo Grande. Demonstrou um comparativo de 1960 a 2018, bem como um mapa de exclusão social, com indicações dos loteamentos de interesse social da década de 1980. Explicou que em Campo Grande, o índice de exclusão

social ainda está classificado como mediano, pois classifica-se entre 0,6 a 0,8. Elucidou que as tipologias das edificações se classificavam em 2 e 3 quartos e ainda o projeto embrião.

TIPOLOGIA DA CONSTRUÇÃO



Informou que ainda há tipologias intactas, que após 40 anos ainda não fizeram nenhuma alteração, que também não há rede de esgoto. Dentro dessa realidade, a **Conselheira Kelly** afirmou que concluiu que com a implantação dos grandes conjuntos habitacionais do BNH, foi incentivada a reprodução tipológica e conceitual, caracterizado pela falta de qualidade estética e ambiental das construções. Que os prejuízos decorridos da falta de planejamento, atendendo a pressões do mercado, investidores e empreiteiras, trouxeram reflexos nas questões urbanísticas, ambientais, socioambientais e tributárias, pois, ocorre um alto custo de manutenção da cidade. Que o programa BNH na década de 1980 utilizou áreas em regiões pouco atrativas (que era questão característica do BNH) para mercado imobiliário formal, em locais distantes do centro e muitas vezes localizados nas margens dos córregos, fora do perímetro urbano. Esta situação dificultava o acesso da população as redes de serviço, mobilidade, abastecimento e equipamentos urbanos. O crescimento desordenado da cidade após a divisão do estado, na década de 1970, aliado a falta de diretrizes de planejamento, contribuíram para que ocorresse um adensamento urbano de Campo Grande nas saídas da cidade, produzindo vazios urbanos em determinadas regiões, tornando difícil a ligação e acesso entre os bairros. Encerrando, agradeceu à AGEHAB-MS, ao Governo do Estado, ao PLANURB e a CAPES, que prontamente se dispuseram a fornecer os materiais necessários para a elaboração do seu trabalho de Mestrado sobre a questão de Habitação. Perguntou aos Conselheiros se tinham algum questionamento. A **Senhora Maria do Carmo** comentou que achou muito interessante a abordagem, o histórico. Perguntou sobre o índice de exclusão social. A **Conselheira Kelly** esclareceu que dentro do perfil sócio econômico de Campo Grande, existem vários mapas indicadores que demonstra o perfil do campo-grandense, é atualizado

anualmente e mede as questões financeiras, questões de trabalho, são informações coletadas no **NIS**. O **Senhor Fábio/UEMS**, explicou que hoje não se usa essa expressão “exclusão social”. Que em 2005, o professor da UFMS, Leandro Sauer, fez uma publicação, onde quantificou por bairros, quais eram as “condições de vulnerabilidade”, que é o termo utilizado hoje. Já em 2013 ele fez uma publicação sobre as condições de infraestrutura de saneamento em relação as condições das ocupações das pessoas que ali residem. Que a base de estudo, de análise, de cálculos é por esse cadastro único. A **Senhora Maria do Carmo** manifestou que é um estudo bastante enriquecedor, pois relaciona os conjuntos habitacionais que foram construídos no passado com uma distância bastante considerável. Que se lembra da construção do Conjunto Habitacional Moreninhas e era uma infinidade a distância. A **Conselheira Edymar** perguntou sobre a titularidade dos imóveis. Qual é o perfil de permanência das famílias nos imóveis. A **Conselheira Kelly** respondeu que ainda não fez esse levantamento. Que seu orientador sugeriu uma pesquisa enloco sobre esse assunto. No entanto não foi possível, pois, toda pesquisa tem a necessidade de passar pela Comissão de Ética para autorização e não havia tempo hábil para isso. O **Senhor Fábio/UEMS** perguntou se foi possível identificar uma motivação para que os Conjuntos Habitacionais fossem construídos longe do centro da cidade, fora o sentimento de que era para valorizar as terras de alguém? A **Conselheira Kelly** respondeu que as referências bibliográficas, em sua grande maioria, levam a esse pensamento. Que em algumas pesquisas em outras cidades, foram levantadas quem eram os donos dos grandes vazios urbanos em algumas cidades, e poucas pessoas detinham esse percentual de terras. A **Senhora Maria do Carmo** explicou que com relação a questão de regularização, a Lei 13.465 é bastante importante. Que os imóveis da CDHU/MS eram 30 mil. Nesses últimos 3 anos, cerca de 15 mil ainda precisam ser regularizados. Que a AGEHAB-MS criou o Sistema de Gestão Patrimonial para Regularização Fundiária, onde podemos verificar quem é o beneficiário original e para quem será regularizado. É questão de tempo para saber o percentual de beneficiários que se mantiveram no imóvel, embora 30 anos seja um período bastante longo, pois alguns beneficiários faleceram, os imóveis ficaram para herdeiros, mas teremos uma base de dados para saber quantos são originários e quantos não são. Que a questão da regularidade, do patrimônio, é valorizada, mas não é priorizada dentro das despesas da família. Exemplificou que em uma entrega de titularização no município de Bela Vista, pôde verificar pelo grau social daquelas famílias que nunca teriam condições de pagar a escritura do imóvel. Considerou que a Regularização Fundiária foi um dos maiores marcos do desenvolvimento urbano e social dos últimos 20 anos. Que essa Lei quebrou muitos paradigmas. A **Conselheira Kelly** comentou que leu uma matéria dizendo que quando se fala em reforma agrária, quem detém grande parte da terra é o grande latifundiário, e quando se fala em distribuir para quem precisa ou produz, há o embate com os grandes e não com os pequenos. A **Conselheira Maria Teresa** comentou que realizou um breve estudo na AGEHAB-MS, para verificar se estávamos incorporando a ideia de melhorar a inserção social, inserção dos conjuntos habitacionais e, verificou que houve uma leve melhora. Que todos os Conjuntos Habitacionais construídos pela AGEHAB-MS há alguns anos, não ficam mais tão longínquos e nem ladeando conjuntos como Moreninhas, Aero Rancho, Coophavila II, dentre outros. Considerou que o que contribuiu para isso foi o a

elaboração do Plano Nacional de Habitação, dos Planos de Habitação e o congelamento do perímetro urbano de Campo Grande, dentro do primeiro Plano Diretor. Também comentou que o padrão de conjuntos habitacionais grandes, era do BNH em todas as cidades, e que chamavam a atenção por serem equipados com escolas, centro comunitário, creches, espaços para utilização posterior, sendo um fator bastante positivo. A **Conselheira Kelly** apontou que a grande vantagem de hoje é que já vem do Ministério a aprovação das condicionantes do empreendimento e que, se não tem a análise de infraestrutura, análise de investimentos, não é possível construir. O **Senhor Fábio/UEMS** pediu a palavra para convidar os presentes a participarem do **6º Simpósio Nacional de Pequenas Cidades (SINAPEC) que se realizará dia 26/08/22 na sede da UEMS**. Se reportou a fala sobre o Conjunto Habitacional Moreninhas, declarando que a UEMS a partir de 2023 terá uma unidade naquele bairro. Que serão oferecidos os cursos de História e Gestão Pública, no período noturno, utilizando a estrutura de uma Escola Estadual. Que essa extensão da UEMS foi para atender uma demanda de parlamentares e população local. Também mencionou que gostou do assunto quando se falou de infraestrutura, pois é um assunto que poderá sair um mestrado, doutorado para fazer levantamento da titularização de onde estão as pessoas, porque é a efetivação de fato de onde estão. Que para uma intervenção urbanística há uma preocupação em proporcionar condições de renda para que as pessoas permaneçam no local. Quanto ao Cadastro citado pela Conselheira Kelly, mencionou que é o cadastro multifinalitário, que é um dos instrumentos que Campo Grande ainda não tem, e a sua implantação será bem útil para trabalhar de uma forma de integração. Também se reportou ao assunto do zoneamento ecológico econômico, que campo Grande é o primeiro município de MS a apresentar ele em sua escala de município, onde podemos dizer que é o Plano Diretor da Área Rural, que permitiu trabalhar a zona de situação urbana, zonas ambientais, que está no Plano Diretor. Campo Grande aprovou em forma de lei e é o primeiro município do País a ter esse zoneamento ecológico, motivo pelo qual nos dá orgulho, pois estamos olhando para nosso território na questão urbanística, na questão ambiental, permitindo integração das condições de moradia e condições ambientais demonstrando que isso é possível. Finalizando parabenizou a Conselheira Kelly dizendo que sua tese trará muitos benefícios para nossa sociedade. A **Conselheira Edymar** observou que esse trabalho é importante para a sociedade, pois há pesquisas que ficam restritas ao corpo técnico, e que é defensora desses trabalhos, artigos, seminários, para que o povo possa acessar essas informações. Que seu trabalho citou várias profissionais renomadas, que representam os marcos do Brasil em relação ao desenvolvimento urbano. Que as políticas públicas trazem a luz a nossa história, pois sabemos o legado que essas pessoas deixam. Que perdemos um grande planejador, Sr. Fausto Matogrosso, que muito contribuiu para nossa sociedade. Falou ainda que o Plano Diretor de Campo Grande é um exemplo, pois contou com a participação da sociedade, com audiências públicas em todas as regiões de Campo Grande. Que ficou feliz em ver materializado as políticas públicas dos Conselhos, das Conferências, da luta do povo. Concluindo a pauta, a **Senhora Maria do Carmo** expressou seu contentamento em tomar conhecimento de um trabalho dessa envergadura sendo realizado por um membro do Conselho Estadual das Cidades, solicitando que os demais membros do Conselho possam propagar quando houver necessidade. Parabenizou

a Conselheira Kelly e passou para a **Definição de Pauta para próxima Reunião**: Perguntou aos Conselheiros se tinham algum assunto que quisessem abordar na próxima Reunião. A **Conselheira Maria Teresa** sugeriu trazer em discussão o Projeto Parcerias, proposto pelo Governo Federal e o Aluguel Social. A **Senhora Maria do Carmo** propôs que a pauta Projeto Parcerias seja em reunião conjunta CEC/CONGFEHIS, pois o CEC é mais amplo, porém o CONGFEHIS é o Conselho Gestor das Políticas de Habitação. Os Conselheiros ponderaram que a pauta de discussão sobre o Projeto Parcerias será mais relevante que o aluguel Social e, que talvez não se esgote em uma só Reunião. Ficou acordado que primeiramente será abordado o Projeto Parcerias e também será feito uma apresentação das Funcionais Programáticas, que estão no PLANHAB - Plano Nacional de Habitação, para ter uma visão do todo e posteriormente o projeto Parcerias. Também ficou definido que será Reunião conjunta CEC/CONGFEHIS. **Encerramento**: Mais nada a ser tratado, a **Senhora Maria do Carmo** agradeceu a participação de todos, encerrando a reunião às 16:30 horas. Ata redigida por **Tânia Marques**, revisada por **Maria do Carmo Avesani Lopez**.